

CIRCULAR 02-2001

“ A REFORMA FISCAL E O ORÇAMENTO PARA 2001”

Lisboa, 5 de Março de 2001

Pela presente informamos os nossos estimados clientes que foi publicado no Diário da República no dia 29/12/2000 as Leis 30-C/2000 e 30-G/2000 referentes à aprovação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2001 e à Reforma Fiscal, respectivamente, entrando em vigor no dia um de Janeiro do corrente ano.

Face a tão profundas alterações à legislação fiscal (principalmente aos Códigos do IRS e IRC, mas não só), implementadas por aqueles dois diplomas, com destaque para a Lei 30-G/2000 relativo à reforma fiscal, aconselhamos V.Exas. a ler com atenção as citadas leis, para além da leitura atenta a esta circular. Esta tem como objectivo um esclarecimento das principais alterações verificadas na lei.

CÓDIGO DO I.R.S.

- As categorias C e D foram eliminadas para passar a serem incorporadas na categoria B, que passa a ter uma definição mais abrangente, chamando-se agora “Rendimentos empresariais e profissionais”. A categoria G que anteriormente chamava-se “Mais-valias” passa a “Incrementos patrimoniais” pois inclui a antiga categoria I que se referia a rendimentos de jogo, etc.
- A determinação dos rendimentos empresariais e profissionais (categoria B) faz-se agora pelo recém criado regime simplificado ou com base na contabilidade (organizada). Mais adiante explicaremos como funciona este regime.
- Para os sujeitos passivos da categoria B que possuam ou devam possuir contabilidade organizada foi criado o artigo 75º - A que aplica uma taxa de tributação autónoma (significa isto uma cobrança de imposto independente do resultado apurado) aos seguintes custos:
 - 50% sobre as despesas confidenciais ou não documentadas;
 - 6.4% sobre as despesas de representação;
 - 3.2% sobre (todos) os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros, motociclos, etc;

Acrescente-se que estas duas últimas situações não se aplicam a quem seja aplicado o regime simplificado de tributação.

CÓDIGO DO I.R.C.

- Não é considerado custo fiscal (logo, é acrescido ao resultado contabilístico) “as despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, na proporção de 20%, e a totalidade das mesmas sempre que a entidade patronal não possua, por cada pagamento efectuado, um mapa através do qual seja possível efectuar o controlo das deslocações a que se referem aquelas despesas...”.
- O Pagamento Especial por Conta passa a ser deduzido à colecta de IRC até ao quarto exercício seguinte, prevendo-se a perda dos montantes que não foram recuperados no prazo estabelecido, ao contrário do antigo regime que podia-se pedir o reembolso. Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado de tributação não estão sujeitos ao P.E.C..
- Foi também criado, tal como para o IRS, um regime simplificado de tributação que será explicado mais adiante dada a importância do assunto.
- Para os sujeitos passivos de IRC foi também criada uma taxa de tributação autónoma (já tinha sido introduzida para o ano de 2000) aos seguintes custos:
 - 50% sobre as despesas confidenciais ou não documentadas;
 - 6.4% sobre as despesas de representação e os (todos) encargos com viaturas ligeiras de passageiros, motociclos, etc;

Esta última não se aplica para as empresas a que seja aplicado o regime simplificado.

REGIME SIMPLIFICADO DE TRIBUTAÇÃO (IRS)

Ficam abrangidos, automaticamente, por este regime os sujeitos passivos que, não tendo contabilidade organizada, não ultrapassem nenhum dos seguintes limites:

- a) Volume de vendas: 30.000.000\$00;
- b) Valor restantes rendimentos cat.B (prestações de serviços): 20.000.000\$00.

A determinação do rendimento colectável resulta da aplicação dos seguintes coeficientes (enquanto não forem aprovados outros para os diferentes sectores de actividade):

20% sobre o valor das vendas de mercadorias e produtos;

65% sobre os restantes rendimentos (nomeadamente serviços prestados);

com o montante mínimo igual a metade do valor anual do salário mínimo nacional, isto é, 469.000\$00 para o corrente ano.

Para o sector da hotelaria é sempre aplicado o coeficiente de 20%.

O período mínimo de permanência deste regime é de 5 anos, prorrogável automaticamente por iguais períodos.

Para não ficarem abrangidos por este regime os sujeitos passivos têm que optar pela contabilidade organizada até ao fim do mês de Junho/2001, o que implica um custo mensal de 26.800\$00 (mais IVA) ao TOC para o corrente ano.

ATENÇÃO: Mesmo os empresários e trabalhadores independentes que não tenham tido qualquer movimento mas nunca encerraram a sua actividade junto das finanças, têm que fazer a opção pela contabilidade organizada para não “caírem” no regime simplificado, implicando num ou noutro caso encargos financeiros.

REGIME SIMPLIFICADO DE TRIBUTAÇÃO (IRC)

Ficam abrangidos, automaticamente, por este regime os sujeitos passivos que não tenham ultrapassado no exercício anterior um volume de proveitos de 30.000.000\$00.

Para não ficar abrangido é necessário declarar a opção pelo regime geral de tributação até ao fim do mês de Junho/2001. Esta opção é válida somente pelo prazo de 5 anos, prorrogável.

Neste regime o lucro tributável é calculado da seguinte maneira:

20% sobre o valor das vendas de mercadorias e produtos;

45% sobre os restantes proveitos (serviços prestados, entre outros).

Para o sector da restauração é aplicado o coeficiente de 20%.

Contudo, o montante mínimo do lucro tributável é igual ao valor anual do salário mínimo nacional, isto é, 938.000\$00 para o ano de 2001.

Ao lucro tributável é aplicada uma taxa de IRC de 20% o que dá um IRC mínimo de 187.600\$00.

Relativamente ao Pagamento Especial por Conta não é aplicável neste regime, assim como a tributação autónoma das despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras (já referido anteriormente).

ATENÇÃO: Mesmo as empresas que não tenham tido qualquer movimento mas não cessaram a sua actividade junto das finanças, têm que fazer a opção pelo regime geral se não quiserem “cair” no regime simplificado. Relembremos V.Exas. que, de acordo com o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas, a avença mínima que um TOC pode levar, para o ano 2001, é de 26.800\$00 + IVA. Mesmo as empresas sem movimento não podem deixar de pagar uma avença.

OUTRAS ALTERAÇÕES

- As entidades que tenham contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante aplicação da taxa de 20%, aos rendimentos da categoria B. Esta alteração entrou em vigor em 1 de Janeiro do corrente ano. Isto significa que as empresas/empresários com escrita organizada que trabalhem com empresários têm de reter, desde 1/1/01, 20% sobre os serviços pagos (excluído o IVA), entregando ao Estado no mês seguinte (tal como acontece com os rendimentos de trabalho dependente).

- Manifestações de fortuna: Quando os rendimentos declarados mostrem uma desproporção desajustada dos indícios de fortuna, a administração fiscal estabelece o rendimento de acordo com a seguinte tabela:

	Manifestações de fortuna	Rendimento-padrão
1	Imóveis de valor de aquisição igual ou superior a 50.000 contos	20% do valor de aquisição
2	Automóveis ligeiros de passageiros de valor igual ou superior a 10.000 contos e motociclos de valor igual ou superior a 2.000 contos	50% do valor no ano de matrícula com o abatimento de 10% por cada um dos anos seguintes
3	Barcos de recreio de valor igual ou superior a 5.000 contos	Valor no ano de registo com o abatimento de 20% por cada um dos anos seguintes
4	Aeronaves de turismo	Valor no ano de registo com o abatimento de 20% por cada um dos anos seguintes

De acordo com a lei, o sujeito passivo tem que declarar, anualmente, estes mesmos bens à administração fiscal.

Depois da leitura atenta a este resumo das principais alterações fiscais, agradecemos que se V.Exas. estejam enquadrados dentro dos limites do regime simplificado, nos comuniquem se optam pela contabilidade organizada (empresários) ou pelo regime geral de tributação (empresas), dado que as empresas têm que ter sempre contabilidade organizada.

Para mais informações, não hesitem em contactar-nos.

De.V.Exas.

Atentamente,